

ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Antídio Lunelli - Berlanda - Camilo Martins - Carlos Humberto - Carolline Sardá - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço - Rodrigo Fachini - Rodrigo Minotto - Sérgio Guimarães - Sergio Motta - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADA CAROLLINE SARDÁ (Oradora) - Realizou uma análise sobre a rede de proteção às mulheres vítimas de violência em Santa Catarina, destacando avanços e desafios. Informou que Santa Catarina era o único estado brasileiro sem uma Casa da Mulher Brasileira, mas que o Governo Estadual anunciou a instalação de uma unidade na capital, em Florianópolis, com o objetivo de reunir diversos órgãos de atendimento em um único espaço, facilitando o acesso das mulheres às políticas de proteção. Ressaltou a importância dessa estrutura, que oferece acolhimento, triagem, atendimento

psicossocial, delegacia especializada, defensoria pública, Ministério Público, juizado de violência doméstica, alojamento de passagem, brinquedoteca, central de transporte e ações de promoção da autonomia econômica, funcionando 24 horas por dia. Enfatizou que essa rede visa criar uma proteção integrada, evitando que as mulheres precisem repetir suas histórias em diferentes locais.

A parlamentar também criticou a falta de acessibilidade nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e nas Procuradorias Municipais da Mulher, apontando a ausência de rampas, sinalização, libras, piso tátil e braile, essenciais para garantir o atendimento digno às mulheres com deficiência. Além disso, destacou a dificuldade de mobilidade de vítimas que não possuem veículos ou CNH, muitas vezes obrigadas a se deslocar para outras cidades devido à ausência de delegacias próximas.

Apresentou dados do Observatório da Violência contra a Mulher, indicando que, em 2026, já haviam sido registradas mais de 17 mil medidas protetivas e 28 feminicídios no estado. Reforça que, embora a Lei Maria da Penha exista desde 2006 e a legislação estadual de 2022 tenha consolidado políticas de enfrentamento, na prática, há falhas na implementação.

Destacou a iniciativa do Movimento de Mulheres Olga Benario que ocupou um imóvel abandonado para transformá-lo em uma casa de acolhimento, ressaltando que, na ausência de ações do Estado, as próprias mulheres têm construído redes de cuidado e proteção, o que evidencia a necessidade de políticas públicas efetivas e estruturadas para garantir a proteção integral às vítimas de violência em Santa Catarina. *[Taquiografia: Northon Bousfield]*

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Abordou a questão do destino dos corpos dos bebês abortados, destacando que, na legislação brasileira, esses corpos são considerados seres humanos com direito à declaração de óbito e ao sepultamento, conforme a lei. Fez críticas relacionadas à ausência de

regras claras sobre o que fazer com esses corpos, apontando que essa lacuna legislativa resulta na destruição ou descarte inadequado dos restos fetais, muitas vezes sem documentação ou identificação.

A Deputada mencionou a Lei nº 12.845/2013, conhecida como "Lei do Minuto Seguinte", que obriga o SUS a realizar abortos em casos de estupro, e criticou a revogação de normativas anteriores que exigiam a comunicação à polícia e a preservação de provas materiais, como o corpo do bebê, para investigação de crimes de estupro. Argumentou que a revogação dessas portarias dificultou a coleta de provas e favoreceu o aumento de procedimentos de aborto, além de apontar que essa prática impede a identificação e punição dos estupradores.

Por fim, comentou e pediu o apoio dos deputados em relação à proposta do Projeto de Lei nº 0515/2026, de sua autoria, que visa a criação de uma cadeia de custódia para o armazenamento dos corpos dos bebês abortados, garantindo dignidade às vítimas e segurança jurídica para as instituições de saúde, além de possibilitar o uso dessas provas em investigações criminais contra estupradores. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Destacou o início da Campanha Nacional de Multivacinação, coordenada pelo Ministério da Saúde e ressaltou que a iniciativa de 3 de agosto, tem como objetivo atualizar o calendário vacinal da população, com atenção especial às crianças e adolescentes de até 15 anos que estejam com doses em atraso. Informou que a campanha se estende até 1º de setembro, com o "Dia D" previsto para 22 de agosto, ofertando gratuitamente, na rede pública, diversas vacinas do calendário nacional.

Corroborou a importância da imunização como medida essencial para a prevenção de doenças e enfatizou a necessidade de recompor as coberturas vacinais, especialmente diante do retorno de enfermidades anteriormente controladas, como o sarampo. Destacou, que Santa Catarina apresenta

índices de vacinação abaixo da meta preconizada pelo Ministério da Saúde em diversos imunizantes e citou, entre eles, a varicela, a tríplice viral e a hepatite B.

Reforçou a necessidade de ampla divulgação da campanha e conclamou as famílias catarinenses a verificarem e atualizarem o calendário vacinal, aproveitando a disponibilidade gratuita das vacinas na rede pública de saúde. *[Taquigrafia: Jênifer]*

DEPUTADO RODRIGO FACHINI (Orador) – Mencionou o protocolo de projeto de lei que institui o Prêmio Jovem Autor Catarinense e a Medalha de Mérito Antonieta de Barros e destacou que a iniciativa tem como objetivo incentivar a leitura, a escrita, o desenvolvimento do senso crítico e a criatividade entre crianças e adolescentes da rede pública e privada de ensino. Ressaltou que a proposta foi inspirada em programa desenvolvido no município de Joinville, cujos resultados demonstram impactos positivos na formação educacional e no desenvolvimento pessoal dos estudantes.

Declarou que o avanço das tecnologias e das formas digitais de comunicação tem reduzido o hábito da escrita entre as novas gerações, tornando necessária a adoção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produção textual, da leitura e do aprendizado lúdico. Explicou que o concurso será dividido por categorias, contemplando modalidades como desenho, carta, poema, crônica e artigo de opinião, de forma compatível com a faixa etária dos participantes, além de prever premiações para estudantes, professores e escolas, incentivando o trabalho pedagógico em sala de aula.

Corroborou que a experiência do programa em Joinville já alcançou mais de 170 mil estudantes ao longo de suas edições, proporcionando relatos de transformação social, superação e fortalecimento da autoestima de crianças participantes. Ao final, solicitou o apoio dos parlamentares para a aprovação da matéria e

afirmou que o projeto contribuirá para a formação de cidadãos mais preparados, críticos e conscientes, por meio do estímulo à leitura, à escrita e à educação de qualidade. [Taquiografia: Yasmim]

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador)- Destacou a importância do dia 5 de agosto, considerado o Dia Nacional da Saúde, e ressaltou a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) para a população brasileira. Lembrou a evolução do financiamento da saúde no país, destacando a promulgação da Emenda Constitucional nº 29, em 2000, que estabeleceu a obrigatoriedade de investimentos em saúde pelos entes federados, possibilitando avanços na assistência, prevenção e tratamento. Elogiou as melhorias na legislação hospitalar de Santa Catarina, que facilitaram a realização de cirurgias eletivas e aprimoraram a gestão hospitalar, contribuindo para maior eficiência no atendimento à população. Ainda, abordou a necessidade de reflexão sobre os custos de tratamentos, como o de câncer de pele, e a importância de ações preventivas, como a vacinação, para reduzir a incidência de doenças. Por fim, destacou a importância de a sociedade e os parlamentares colaborarem na promoção da saúde, reforçando o papel do Legislativo na fiscalização e no aprimoramento das políticas públicas de saúde, sempre com foco na prevenção e na valorização do sistema de saúde estadual e nacional. [Taquiografia: Meibel]

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Registrou sua participação, na noite de segunda-feira, em audiência pública realizada no município de Camboriú, a convite do prefeito Leonel Pavan, para discutir as medidas preventivas diante das previsões de eventos climáticos extremos em Santa Catarina a partir do mês de setembro.

Destacou que Camboriú foi o primeiro município catarinense a decretar emergência preventiva, iniciativa posteriormente adotada por outras cidades e pelo próprio Governo do Estado. Ressaltou que o município estruturou um amplo plano de prevenção, preparação, resposta e recuperação para enfrentar possíveis desastres naturais.

Informou que a administração municipal vem realizando a limpeza de rios, córregos, valas, canais, bocas de lobo e tubulações, além do mapeamento das áreas de risco, do cadastramento das famílias vulneráveis, da definição de protocolos de atendimento e da preparação de abrigos e da logística para o fornecimento de água, alimentos, medicamentos e demais itens essenciais em caso de emergência.

O parlamentar também destacou sua contribuição por meio da destinação de recursos para a Defesa Civil de Camboriú e a articulação junto ao Governo do Estado, que resultou na liberação de R\$ 5 milhões para a aquisição de equipamentos destinados às ações preventivas e de resposta.

Ainda ressaltou que o município está elaborando um projeto de macrodrenagem e já assegurou R\$ 100 milhões para a implantação do Parque Inundável de Camboriú, obra considerada estratégica para a prevenção de enchentes e para o abastecimento de água da região.

Ao encerrar, enfatizou a liderança do prefeito Leonel Pavan na condução das ações preventivas, observando que todas as intervenções estão sendo realizadas dentro da legalidade ambiental. Destacou, ainda, a ampla mobilização de órgãos públicos e da sociedade civil, com a participação da Defesa Civil estadual e municipal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Ministério Público, igrejas e demais entidades, defendendo que o plano elaborado por Camboriú possa servir de referência para outros municípios catarinenses diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.
[Taquígrafa: Rubia]

Ordem do Dia

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -
Comunica que não há matérias para serem apreciadas
na Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -
Não havendo mais oradores inscritos, encerra a
sessão, convocando outra, ordinária, para o dia
subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]